



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , de 2014

(DO SR. BERNARDO SANTANA)

Solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, sobre as diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de retransmissão de televisão.

Senhor Presidente,

Com fundamento o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Senhor **Ministro das Comunicações**, Paulo Bernardo Silva, pedido de informações quanto às diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de retransmissão de televisão.

Tendo em vista a necessidade de se obter maiores informações, julgo necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Quais as emissoras, tanto de canal aberto como de TV a Cabo ou por assinatura, já receberam a autorização para operar em canal digital?
- 2 - Quando da migração do sistema de transmissão de sinal analógico para digital, a emissora se obrigada a bloquear as suas transmissões em sinais analógicos?
- 3 - Existe a possibilidade de a emissora operar com sua programação em dois sinais, ou seja: analógico e digital, com a mesma programação ou programações diferentes?
- 4 - As emissoras que operam com os dois sinais, simultaneamente, analógico e digital, estão burlando a lei em fazer isto?
- 5 - Em caso afirmativo, quais as penalidades? E quais as ações tomadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento geral que as concessionárias que exploram serviço de difusão de imagens já estão fazendo a transição da TV analógica para o padrão digital.

E a razão da presente solicitação ao Ministério das Comunicações repousa no fato de que a Empresa Rede TV, ao receber o canal digital para retransmitir a programação analógica, conta, atualmente, com duas programações diferentes. A concessionária retransmite uma programação no sistema analógico e, no mesmo horário, retransmite outra programação no sistema digital.

Assim, diante desse cenário de incertezas e para não haver injustiças entre as demais concessionárias, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 2014.

Deputado **Bernardo Santana**
Líder do Bloco Parlamentar
PR/PTdoB/PRP